



## **Estudo propõe projeto florestal de crédito de carbono**

As crescentes preocupações com a mitigação das mudanças do clima levaram à criação de mecanismos de mercado que recompensassem financeiramente ações adicionais de remoção de gases do efeito estufa da atmosfera através de projetos voltados ao mercado de carbono. Entre eles, está a metodologia para projetos florestais de carbono envolvendo a conversão da exploração madeireira convencional (ilegal) para o manejo florestal que utilize técnicas de Exploração de Impacto Reduzido (EIR).

O estudo foi desenvolvido pelo engenheiro florestal Thales Augusto Pupo West e proposto no Programa de Pós-graduação em Recursos Florestais, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ). — Essa metodologia sai da conversão do manejo convencional, associado ao manejo ilegal, para um manejo legal que utilizaria técnicas que impactam menos a floresta, a chamada EIR.

Seria um projeto de pagamento por serviço ambiental no caso da transferência da exploração convencional para o manejo de menor impacto na floresta — explica o engenheiro. Estão incluídas entre essas atividades a conversão da exploração madeireira convencional (EC) para o manejo florestal com exploração de impacto reduzido (MF-EIR), atividade esta que, segundo West, muito provavelmente estará inclusa no escopo de um futuro programa florestal de mitigação das mudanças do clima, o REDD+ (redução de emissões do desmatamento e degradação florestal mais os benefícios do sequestro de carbono a partir de melhorias do manejo florestal).

— Quando falamos em florestas naturais, existem algumas espécies que possuem valor madeireiro e são essas as árvores extraídas da floresta. No entanto, elas podem estar muito dispersas e quando se tem uma exploração convencional, não há preocupação com esse fato. Ou seja, o explorador identifica a espécie e derruba todas as outras que estão em volta. Na EIR, ocorre primeiramente uma identificação dessas árvores, um mapeamento, como será feita a extração de forma a impactar a floresta o menos possível — diz o autor do projeto.

De acordo com o Protocolo de Kyoto, apenas atividades florestais de florestamento e reflorestamento são consideradas elegíveis. Para o engenheiro, a EIR não abriria chance para críticas sobre um possível incentivo à extração convencional em detrimento das práticas de reflorestamento. — Com certeza a prática do reflorestamento é muito importante.

O Protocolo de Kyoto criou um mercado de carbono paralelo, ou seja, um mercado voluntário. Nesse mercado voluntário, estão disponíveis outras atividades florestais elegíveis além do florestamento e reflorestamento, como as atividades de RED, que trazem a ideia de preservação em detrimento do desmatamento seguido pelo reflorestamento. Não podemos impedir que a exploração madeireira aconteça, mas podemos criar formas para que ocorra da forma mais sustentável possível — explica.

A pesquisa na prática Na prática, a pesquisa utilizou uma série histórica de 16 anos de dados de uma área florestal explorada através da EC e do MF-EIR em Paragominas (PA). A área estudada, de 210 hectares, foi submetida a 3 formas de tratamentos. MF-EIR em 105 ha, exploração convencional em 75 ha e área de controle, não explorada, em 30 ha.

As explorações aconteceram em 1993, sendo realizados inventários florestais pré-exploração, em 1993, e pós-exploração, nos anos seguintes. A partir disso o engenheiro florestal estimou os impactos dos tratamentos na dinâmica do carbono ao longo do tempo, sob a perspectiva de um projeto florestal de crédito de carbono envolvendo a conversão da EC para o MF-EIR.

Tendo como pilares regras e guias de boas práticas envolvendo atividades de uso do solo e mudanças do uso do solo como o GPG-LULUCF do IPCC, além de outras metodologias e ferramentas aprovadas para projetos florestais de carbono, a dinâmica dos estoques de carbono foi monitorada e, com base nessa dinâmica, foi estimado qual seria o retorno financeiro de um projeto de carbono.

Em termos econômicos, o estudo considerou cenários distintos envolvendo a área do projeto e avaliou resultados para 500, 1.000, 5.000, e 10.000 hectares, além do preço do crédito de carbono fixado em US\$ 5,00, US\$ 7,50, e US\$ 10,00 por unidade. O valor mínimo estimado do crédito de carbono para que não haja prejuízo financeiro aos madeireiros por uma possível postergação do início do segundo ciclo de corte na área do projeto, tempo necessário para que os estoques de carbono da biomassa arbórea viva atinjam seu valor inicial pré-exploração, foi de US\$ 5,33 por unidade.

— O explorador não recebe pelo estoque de carbono total da área, mas pelo adicional. Muitos criticam projetos de carbono, mas não conhecem esse detalhe. Então, pensando no Brasil, teríamos uma linha de base padronizada para o manejo florestal, provavelmente estipulada em perdas de carbono por hectare. A diferença entre o projeto de cada explorador e essa linha de base é o que estipularia o valor de crédito de carbono — conta o entrevistado.

Fonte: Dia de Campo